



A Santa Sé

**DISCURSO DO SANTO PADRE
AO NOVO EMBAIXADOR DA ESTÓNIA
JUNTO À SANTA SÉ POR OCASIÃO DA
APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS**

18 de Maio de 2001

Senhor Embaixador

É-me grato dar-lhe as boas-vindas hoje e receber as Cartas Credenciais com que Vossa Excelência é nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Estónia junto da Santa Sé. Agradeço-lhe as suas amáveis palavras de saudação e os cumprimentos que me apresentou da parte do Presidente, Senhor Lennart Meri, enquanto lhe peço que transmita a Sua Excelência, ao Governo e ao Povo da Estónia os meus bons votos e a certeza das minhas orações pela paz e a prosperidade da sua Nação.

Conservo lembranças memoráveis da visita que realizei à sua terra em 1993. Ao recebê-lo hoje aqui, gostaria de recordar os temas que abordei em Tallinn e que entretanto se tornaram ainda mais actuais. Como Vossa Excelência disse, é óbvio que tanto a Estónia como a Europa no seu conjunto chegaram a um importante ponto da sua história. O futuro dependerá em grande medida da formação efectiva de uma cultura dos direitos humanos, que inclua os indivíduos, as famílias e os povos, uma vez que cada um deles constitui um elemento vital na estrutura do bem-estar e da liberdade do homem, a tal ponto que, se um só deles for desrespeitado, todos haverão de sofrer.

Em primeiro lugar, os direitos dos indivíduos devem ser reconhecidos e protegidos, porque se os direitos fundamentais de cada pessoa desde a maior até à menor, da mais forte à mais frágil não forem aceites como transcendentais e invioláveis, a prosperidade será ilusória e os fundamentos da sociedade serão falazes. Reivindicar estes direitos como transcendentais significa dizer que eles encontram a sua fonte em Deus, a cuja imagem a pessoa humana foi criada, e por isso não são concedidos como um privilégio por qualquer autoridade humana. Portanto, a função da autoridade humana consiste em prover toda a protecção necessária para assegurar que tal verdade seja respeitada.

Todavia, se forem deixados à deriva, os direitos individuais degeneram numa falsa cultura da liberdade que se opõe ao bem comum, e este não pode ser o caminho para o progresso da sociedade. Os direitos individuais devem servir o bem comum, e vice-versa. Isto significa que o próximo passo na formação de uma cultura da liberdade humana é o respeito incondicional pelos direitos da família.

Vossa Excelência justamente se perguntou como devemos educar os jovens a fim de lhes inculcar um sentido dos "valores genuínos e eternos da vida", despertando neles "uma nova compreensão da caridade". Esta interrogação é vital, e a sua resposta não é simples. Contudo, é claro que o primeiro núcleo desta educação deve ser a família; foi por este motivo que escrevi que "o futuro da humanidade passa pela família" (*Familiaris consortio*, 86). Hoje em dia a tarefa de consolidação do tecido social, moral e espiritual parece ser mais difícil do que era há dez anos. Naturalmente, a reconstrução económica ainda é importante, mas se não for acompanhada da nova formação dos valores que asseguram uma vida familiar sadia, inevitavelmente surgirão novas formas de materialismo. Se a Estónia puder trabalhar de maneira eficaz em favor de um desenvolvimento económico que caminhe a par e passo com a promoção da família, então há-de crescer na sua estatura moral, essencial para o bem-estar dos seus cidadãos e para a edificação de uma Europa melhor e um mundo mais perfeito.

A cultura dos direitos, que deve estar na base do desenvolvimento, diz respeito não só aos indivíduos e às famílias, mas também aos povos. A saúde da comunidade internacional é evidente na medida em que respeitar os direitos dos povos menos poderosos e das nações menores. Ao longo da sua história, os direitos do povo da Estónia foram com frequência espezinhados.

Felizmente, estes direitos foram recuperados nos últimos tempos, de tal forma que a Estónia foi inserida de novo no seio da comunidade dos povos como nação independente, com uma cultura distinta que constitui uma riqueza para todos. Como Vossa Excelência disse, agora a Estónia pode "considerar o mundo a partir de horizontes mais largos", não já obrigada pela desesperada luta pela sobrevivência, mas com vista a dar e a receber, no contexto de uma comunidade das nações em que os direitos de todos os povos sejam reconhecidos e salvaguardados.

Quando dirigi um discurso ao mundo da cultura em Tallinn, no dia 10 de Setembro de 1993, realcei a necessidade que existe de a liberdade estar vinculada à solidariedade, e a identidade nacional à cultura do diálogo. O que deve ser reconhecido é que a verdadeira e justa identidade de um determinado povo é perfeitamente compatível com uma abertura, em que as diferenças sejam aceites como fonte de enriquecimento mútuo, e as tensões se resolvam não já através de conflitos, mas de negociações assentes no respeito recíproco e na solicitude pela verdade dos problemas em questão. Tendo em consideração os recentes desenvolvimentos ocorridos no seu País que, como o Senhor Embaixador disse, procurou "criar estruturas democráticas firmes e justas", existem todos os motivos necessários para esperar que o futuro da Estónia seja luminoso.

Esta é a minha prece pela sua Nação, enquanto lhe asseguro que a Igreja católica na sua terra, embora seja numericamente exígua, continuará a ajudar a edificar um futuro digno do nobre povo da Estónia.

Senhor Embaixador, estou convicto de que o compromisso na missão diplomática a que hoje dá início o ajudará a fortalecer os laços de compreensão e de colaboração entre a Estónia e a Santa Sé. Asseguro-lhe que os diversos departamentos da Cúria Romana estão prontos a ajudá-lo no cumprimento dos seus deveres. Enquanto lhe formulo todos os bons votos pelo êxito da sua missão, invoco as bênçãos de Deus Todo-Poderoso sobre Vossa Excelência, a sua família e o povo da sua amada Pátria.

© Copyright 2001 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana